



Lisboa, 07 de Agosto de 1998

Exm<sup>o</sup> Senhor Primeiro Ministro

Antes de tudo queríamos salientar a consciência que temos da excepcionalidade desta nossa iniciativa de nos dirigirmos directamente a V.Ex<sup>a</sup>.

Recorremos à sua pessoa, Senhor Primeiro Ministro, e à figura de estado que tão elevadamente desempenha, não numa última mas sim numa particular instância, convictos de que a situação actual dos militares em geral e dos Sargentos das Forças Armadas, em particular, que largamente representamos, assim o justifica.

Temos a consciência tranquila quanto ao facto de, por diversas vezes, termos envidado todos os esforços para que este contacto fosse possível com S.Ex<sup>a</sup> o Senhor Ministro da Defesa Nacional, a quem competia ouvir estas palavras, e a quem repetidamente temos solicitado a concessão duma simples audiência, na perspectiva de podermos, de viva voz, apresentar os nossos problemas, os nosso anseios e a nossa disponibilidade. Sabemos que iguais esforços têm sido desenvolvidos pela AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas, que igualmente representa militares no activo, e que a única resposta tem sido o silêncio puro e simples.

Estranhamos, sinceramente, este tipo de comportamento, uma vez que em anteriores ocasiões já foi possível estabelecer este contacto, e com resultados positivos e custa-nos a aceitar que a aplicação, na prática, do programa do governo, varie tão radicalmente com a mudança do responsável pela tutela. No entanto, admitimos, como medida estratégica pontual, uma qualquer indisponibilidade transitória para este tipo de contactos, mas seria, no mínimo, lógico e desejável, no plano das relações institucionais e responsáveis que qualquer órgão do Governo deve manter com os seus interlocutores, sejam eles do seu agrado ou não, desde que correctos e consentâneos com as regras da sã convivência democrática, que uma resposta houvesse, mesmo que negativa. Mesmo assim, teríamos, no mínimo, direito a uma resposta, que é aquilo que se espera quando algo se solicita.

Desconhecemos qual a intenção do Senhor Ministro quando privilegia o silêncio ao diálogo, deixando que os problemas caminhem para resoluções unilaterais por via duma consulta unidireccional a quem, embora tendo todo o direito de intervir, não tem o exclusivo da representatividade dos anseios dos militares.



Temos por outro lado certezas suficientes quanto à nossa determinação de explorarmos todas as vias legais que conduzam à satisfação daquilo que acreditamos ser possível - a institucionalização do associativismo militar sócio-profissional e a plena integração do cidadão fardado no edifício legal da sociedade civil portuguesa e europeia.

Na realidade, os últimos acontecimentos envolvendo a tão esperada alteração do Artº 31º da LDNFA - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, consubstanciados na apresentação duma proposta de alteração do referido artigo, por parte do Senhor Ministro da Defesa Nacional, perante o Conselho de Ministros do passado dia 20 de Agosto, a que V.Exª por acaso não presidiu, levam-nos a assumir uma posição de justificada apreensão perante a constatação do facto de o diploma ora proposto se reduzir a um engenhoso jogo de palavras, e mesmo essas, algumas, de significado indefinido, com vista a manter os militares na efectividade de serviço numa condição de menoridade cívica, que os coloca num plano injustificadamente desequilibrado, no que respeita aos mais elementares direitos de cidadania, em tempo de paz, face ao cidadão comum.

É com efeito, com alguma surpresa e não menor desapontamento que continuamos a sentir um estranho pudor em relação aos direitos dos militares, direitos esses que, por se enquadrarem apenas numa perspectiva sócio-profissional e cívica, jamais poderão ser considerados como ameaças ou obstáculos à vertente operacional, pelo que quaisquer reticências, quer da parte das chefias quer da parte do próprio poder político, se devem certamente a um receio injustificado de perda de poder e quebra da disciplina, que só a falta de diálogo e de sã convivência de estruturas que se querem complementares, pode de todo justificar.

Pela nossa parte, Senhor Primeiro Ministro, temos como certo o futuro porque ele já existe. E o caminho imparável para a nossa plena integração no tecido social europeu que todos ansiamos, passa também por esta importante mudança de mentalidades que já tornou possível em muitos países da Comunidade Europeia (e pelo menos num caso - a Holanda - há já um século, a comemorar no próximo mês de Outubro) a total assumpção dos seus militares como homens e mulheres de pleno direito, que apenas se distinguem do comum dos cidadãos, pelo facto de assumirem perante a nação e eles próprios a árdua mas nobre missão da defesa da Pátria.

É certo, Senhor Primeiro Ministro, que nos sentimos cansados, por vezes, frustrados, tantas outras, por termos a consciência de não sermos compreendidos na lisura da nossa vontade, da nossa motivação e dos nossos gestos, que se querem sempre honestos, dignos e frontais, mas tenha Vossa Excelência a certeza de que exaustos, nunca! Porque diariamente nos alimentamos da convicção absoluta da razão que nos assiste e da certeza de que amanhã seremos melhores ainda, depois de alcançarmos os objectivos ora propostos.



Permita pois, Senhor Primeiro Ministro, que lhe deixemos aqui expresso o quanto acreditamos na eficácia dum verdadeiro diálogo e o quanto apreciaríamos a disponibilidade de Vossa Excelência para uma breve exposição da nossa razão e dos nossos objectivos, pelo que, dada a já iniciada calendarização do processo de apresentação da, ou das propostas de alteração ao Artº 31º da LDNFA, muito respeitosamente solicitamos a Vossa Excelência, nos seja concedida uma audiência, com a brevidade possível para os efeitos atrás propostos.

Considere, Senhor Primeiro Ministro, esta nossa atitude como a mais elevada prova de respeito e alta consideração, que aqui deixamos expressa.

Respeitosamente,

O Presidente da Direcção

(Álvaro Martins)